

Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial¹

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar um panorama dos períodos econômicos por quais passou o município de Abaetetuba. Para tanto, apresentamos, inicialmente, alguns aspectos reveladores das rupturas que deixaram marcas distintas no seu território a partir das políticas de desenvolvimento e integração no contexto amazônico, iniciadas em meados do século XX. Mostramos como tais elementos influenciaram a dinâmica econômica, social, política e espacial do município que fora diretamente afetado pelos novos objetos e ações que ali se instalavam. Desse modo, caracterizamos a dinâmica do município anterior a estas políticas, para assim enfocarmos a organização espacial de Abaetetuba, salientando a historicidade desse processo. Para compreendermos as relações existentes na atualidade a partir desses novos elementos, enfatizamos o complexo ALBRÁS-ALUNORTE e as políticas que possibilitaram seu funcionamento. Revela-se o processo de substituição de um regime de acumulação mercantil por outro plenamente capitalista, conseqüentemente, mudanças nas relações de trabalho e na produção do espaço.

Palavras-chave: Abaetetuba (PA); Aspectos econômicos; Desenvolvimento econômico; Expansão territorial

Madson Quaresma

Mestrando em Geografia na Univ.
Federal Fluminense - UFF.
Brasil
madsonqua@hotmail.com

Daniel Sombra

Mestrando em Geografia na Univ.
Federal Fluminense - UFF.
Brasil
danielsombrag@gmail.com

Alegria Leite

Doutoranda em Economia pela
Univ. Federal do Pará - UFPA.
Brasil
alegria1717@gmail.com

Carlos Castro

Mestre em Geografia pela
Universidade Federal do Pará -
UFPA. Professor da Universidade
do Estado do Pará – UEPA.
Brasil
carlosjorge319@gmail.com

¹ Projeto Dinâmicas Econômicas e Ordenamentos Territoriais dos Grandes Projetos de Mineração no Estado do Pará, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Economic periodization of Abaetetuba (PA) from its spatial configuration

Abstract

This paper aims to show a stand view about economic periods whose affect the municipality of Abaetetuba (PA). For that, we present first some relevant aspects about ruptures which gave marks on Abaetetuba's territory since the 1960's. We will show how such elements have influenced the municipality's spatial, political, social and economic dynamics, since this municipality was directly affected by new objects and actions that were installed there. In addition to, we characterize the former municipality's dynamics, for focus on Abaetetuba's spatial organization, highlighting the historicity in this process. For understanding relations of nowadays from these new elements, we emphasize the ALBRAS-ALUNORTE complex and politics whose allow his working. It is revealed that substitution process of one commercial accumulation regime by other fully capitalist, therefore, changes on labor relations and on space production.

Keywords: Abaetetuba (PA); Economic aspects; Economic development; Territorial expansion.

Para citar este artigo:

QUARESMA, Madson; SOMBRA, Daniel; LEITE, Alegria; CASTRO, Carlos. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n.32, p. 143 – 168, set./dez. 2015.

DOI: 10.5965/1984724616322015143

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724616322015143>

Introdução

Com uma área de 1.610.606 km², o município de Abaetetuba está situado no estado do Pará, sendo parte integrante da Microrregião de Cametá. A área do município encontra-se se limitando com os municípios de Barcarena, ao norte, os municípios de Limoeiro do Ajuru, Muaná e Igarapé-Miri a oeste, o município de Moju a leste e os municípios de Igarapé-Miri e Moju ao sul. A área urbana de Abaetetuba está localizada à margem direita do Rio Maratauíra, um braço do Rio Tocantins. A uma distância rodoviária de 110 km da Capital do Estado, Belém, a sede municipal está localizada nas seguintes coordenadas geográficas 01°43'24" de latitude sul e 48°52'54" de longitude a oeste de Greenwich.

Pela sua proximidade com os rios, a zona rural do município é constituída principalmente, por áreas ribeirinhas localizadas nas suas diversas ilhas – um total de 72 – que formam seu complexo hidrográfico, interligado por igarapés, rios e furos, mas também por áreas de influência das estradas, onde se localiza o distrito de Beja e aproximadamente mais 35 colônias e agrovilas. Segundo dados do IBGE (2010), Abaetetuba, com uma população de 141.100 mil habitantes é o município mais populoso da microrregião, sendo que aproximadamente 58% (82.998 habitantes) vivem em área urbana e 41,18% (58.102 habitantes) vivem em área rural.

O município possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) e o maior Índice de Desenvolvimento Humano no contexto microrregional. Embora tenha uma estratégica posição geográfica e seja o município com a melhor infraestrutura da região, esta não é relevante ao se efetuar a passagem à escala estadual. Atualmente, a economia do município é concentrada na prestação de serviços os quais atendem à demanda local e microrregional, principalmente no concernente aos campos da saúde, educação e comércios em geral. Destarte, o tráfego de ônibus e vans, além das embarcações, demonstra o destaque de Abaetetuba no contexto microrregional, com circulação de pessoas em direção ao trabalho, escolas, atendimentos médicos etc.

Quando se analisa o desmembramento do PIB municipal, o que se observa é a predominância do setor terciário, o qual corresponde a 82,86% do PIB municipal, ao passo que o setor primário representa 6,84% e, finalmente, o setor secundário representa 10,28% em valores referentes ao ano de 2011. Na tabela 1 se pode visualizar uma pequena série da evolução do PIB com a contribuição de cada setor. Na formação de Abaetetuba, conforme se enfatizará, o município era essencialmente rural e primário, ao passo que os números corroboram com a tese de uma transformação nas relações de produção, com vinculação estratégica de Abaetetuba na região do ponto de vista do comércio e dos serviços.

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	V.A
2002	23.323	23.095	141.311	187.728
2003	23.967	29.752	162.738	216.457
2004	24.526	31.061	189.331	244.918
2005	25.905	33.615	204.588	264.108
2006	34.031	36.500	234.165	304.696
2007	34.080	39.646	277.216	350.941
2008	32.060	46.105	309.572	387.737
2009	37.020	46.471	352.074	435.565
2010	40.982	58.315	408.727	508.025
2011	42.246	66.948	475.906	585.100

Tabela 1- Contribuição de cada setor ao PIB de Abaetetuba (PA), em R\$ 1000,00
 Fonte: IBGE (Extraído de IDESP, 2013).

Ao analisarmos o cabedal de dados fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vemos que em 1980 (cinco anos antes da inauguração da Albrás), o município conta com uma população de 74.545 habitantes, ao passo que em 1991, a população é de 99.989 habitantes, para atingir 119.152 habitantes em 2000, e 141.100 habitantes em 2010, conforme se visualiza na tabela 2. Em 1980, a população urbana representa 45,38% do total.

Essa concentração de estoque de trabalho não qualificado, a ser usado para a construção da infraestrutura foi levada em consideração pelos planejadores da Albrás, conforme Lobo (1996). Em 1991, a população urbana representa 56,40% da população total de Abaetetuba. Em 2000, a população urbana representa 59,46% da população total no município. Mas em 2010, após franca diminuição da atividade do polo siderúrgico,

sobretudo a construção de novas plataformas, a diáspora da mão de obra urbana pelas obras país afora é retratada por uma pequena reversão da situação domiciliar.

Anos	População (Hab.)	Área (Km ²)	Densidade (Hab./Km ²)
1980	74.545	1.090,00	68,39
1991	99.989	1.521,45	65,72
1996	106.738	1.613,90	66,14
1997 ⁽¹⁾	108.421	1.613,90	67,18
1998 ⁽¹⁾	109.838	1.613,90	68,06
1999 ⁽¹⁾	111.258	1.613,90	68,94
2000	119.152	1.606,80	73,83
2001 ⁽¹⁾	121.415	1.606,80	75,56
2002 ⁽¹⁾	123.184	1.606,80	76,66
2003 ⁽¹⁾	125.055	1.606,80	77,83
2004 ⁽¹⁾	129.300	1.606,80	80,47
2005 ⁽¹⁾	131.158	1.606,80	81,63
2006 ⁽¹⁾	133.317	1.606,80	82,97
2007	132.222	1.606,80	82,29
2008 ⁽¹⁾	138.005	1.606,80	85,89
2009 ⁽¹⁾	139.819	1.606,80	87,02
2010	141.100	1.610,60	87,61
2011 ⁽¹⁾	142.785	1.610,60	88,65
2012 ⁽¹⁾	144.415	1.610,60	89,67
2013 ⁽¹⁾	147.267	1.610,60	91,44

Tabela 2 - Evolução Demográfica de Abaetetuba (PA)
 Fonte: IBGE (Extraído de IDESP, 2013).

Analisando a série temporal coletada pelo IBGE, e organizada pelo IDESP, percebe-se que a proporção da população residente em área urbana em 2010 diminuiu no município em relação ao ano de 2000, o que denota que o efeito urbanizador dos Grandes Projetos é temporário, conforme se visualiza na tabela 3. No caso de Abaetetuba, conforme se verá, a cidade urbanizou-se aceleradamente após a implantação do projeto Albrás-Alunorte, parte do Programa Grande Carajás.

Anos	Urbana	Rural
1980	33.831	40.714
1991	56.389	43.600
1996	63.696	43.042
2000	70.843	48.309
2007 ⁽¹⁾	77.792	54.430
2010	82.998	58.102

Tabela 3 - População segundo situação domiciliar, em Abaetetuba (PA)
 Fonte: IBGE (Extraído de IDESP, 2013).

A visualização dos dados desde os anos 1980 é útil para verificar como se formou a composição da população, especialmente com a diminuição do peso relativo aos grupos

etários inferiores (0 a 4 anos; 5 a 9 anos e 10 a 14 anos). A elevação da participação relativa aos grupos etários de idade adulta jovem e adulta (20 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 a 44 anos e 45 a 49 anos) indica não apenas um envelhecimento da população, mas também uma concentração desta população em idades produtivas, conforme se visualiza na tabela 4.

Faixa Etária	1991	2000	2007	2010
Menor de 01 ano	3.353	3.081	2.550	2.581
01 ano a 04 anos	12.654	12.613	10.702	10.404
05 anos a 09 anos	16.003	16.147	15.089	14.090
10 anos a 14 anos	14.287	15.745	16.432	16.282
15 anos a 29 anos	26.856	35.670	41.011	44.786
30 anos a 49 anos	17.322	23.063	28.960	33.796
50 anos a 69 anos	7.036	9.761	12.631	14.750
70 anos e mais	2.478	3.072	3.689	4.411

Tabela 4 - Evolução Demográfica por Faixa Etária, em Abaetetuba (PA)
 Fonte: IBGE (Extraído de IDESP, 2013).

Em 2010, a população urbana de Abaetetuba representa 58,82% da população total. Uma queda percentual em relação a 2000. Ainda com relação à atual configuração social de Abaetetuba (PA), conforme a tabela 6, vê-se que a maioria da população se declara parda nos últimos três censos, sendo que por volta de um terço se declara como branca. A proporção de pessoas que se declaram negros é pequena, apesar de Abaetetuba ser um município com mais de dez territórios quilombolas. Esses números, é bom frisar, dizem respeito ao que as pessoas se autodeclaram.

IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH - M	0,386	0,501	0,628
IDH - M Longevidade	0,669	0,75	0,798
IDH - M Educação	0,175	0,32	0,537
IDH - M Renda	0,49	0,523	0,579

Tabela 5 - IDH-M (com nova metodologia)
 Fonte: PNUD/IPEA (Extraído de IDESP, 2013).

Em 2000, uma grossa faixa da população abaetetubense ainda apresentava entre um e três anos de estudo. Em termos gerais, o índice de escolaridade é baixo, respondendo pelo baixo IDH-Educação entre 1991 e 2000, melhorando levemente em 2010, conforme atesta a tabela 5.

Características	1991		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%
Cor ou Raça						
Branca	24.533	24,54	34.128	28,64	30.676	21,74
Preta	2.353	2,35	3.707	3,11	9.038	6,41
Amarela	2	0,00	67	0,06	797	0,56
Parda	73.024	73,03	80.606	67,65	100.509	71,23
Indígena	28	0,03	38	0,03	80	0,06
Sem Declaração	608	0,51	...	0,00
Religião⁽¹⁾						
Católica apostólica romana	88.696	88,71	98.230	82,44
Evangélicas	9.161	9,16	16.948	14,22
Espírita	38	0,03
Umbanda e Candomblé	158	0,16	50	0,04
Judaica
Religiões Orientais	29	0,02
Outras Religiosidades	1.149	0,96
Sem Religião	1.563	1,56	2.516	2,11
Não Determinadas	42	0,04	62	0,05
Estado Civil						
Casado(a)	14.210	20,90	21.751	24,91	28.587	25,09
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	44	0,06	310	0,36	347	0,30
Divorciado(a)	177	0,20	716	0,63
Viúvo(a)	1.959	2,88	1.948	2,23	3.043	2,67
Solteiro(a)	31.770	46,74	63.125	72,30	81.223	71,30
Anos de Estudos⁽²⁾						
Sem Instrução e menos de 1 ano	19.140	28,16	12.701	14,55
1 a 3 anos	24,91	35,59	29.225	33,47
4 a 7 anos	16.354	24,06	26.148	29,95
8 a 10 anos	4.207	6,19	9.860	11,29
11 a 14 anos	3.770	5,55	8.125	9,31
15 anos ou mais	299	0,44	655	0,75
Não determinados	19	0,03	597	0,68

Tabela 6 - População de Abaetetuba (PA), conforme cor, religião, estado civil e escolaridade
 Fonte: IBGE (Extraído de IDESP, 2013).

No concernente ao setor da saúde, atesta-se que a concentração da demanda dos municípios vizinhos torna mais problemática o sistema de saúde local, que, em geral, não está de todo equipado para tal (IDESP, 2013). Abaetetuba está em face de outros problemas no que tange aos serviços básicos, como a sua precária rede de abastecimento hídrico e esgotamento sanitário (QUARESMA, 2012). As péssimas condições da manutenção das estradas municipais, sendo este um obstáculo para o escoamento da produção local² (IDESP, 2013), afetando a indústria local (ALBINO, 2014), assim como o desemprego que também desponta como um dos grandes problemas sociais (QUARESMA, 2014). Entende-se que esta situação geográfica não se explica apenas pelas

² Um dos grandes problemas concernentes à questão das estradas está relacionado com a estrada que liga o município ao distrito de Beja, onde comumente as pessoas passam as férias escolares no mês de julho e que sempre está esburacada. Isso se deve ao tráfego de carros pesados que transitam em direção ao complexo ALBRAS/ALUNORTE, usarem diariamente essa estrada que, apesar da intensa movimentação de mercadoria e pessoas, nem o governo estadual e nem as empresas que a utilizam não contribuem para a manutenção, dificultando assim a devida manutenção dessa rodovia.

variáveis locais, mas provavelmente pela divisão territorial do trabalho à escala da macrorregião e da formação espacial. A análise histórica da produção do espaço e da apropriação do território através do recuo aos principais objetos deve elucidar as variáveis chaves do processo.

A carpintaria naval

Abaetetuba é um município cuja origem está ligada ao antigo processo de colonização da Amazônia empreendido por portugueses com o objetivo da manutenção do domínio do território, antes disputado por franceses, holandeses, e ingleses. Assim, o povoamento da região é antigo, e sua origem está ligada à circulação realizada através dos rios. No que diz respeito à economia do município, desenvolveram-se ao longo de sua história algumas atividades (engenhos, regatões e construção naval) que possibilitaram relativo destaque para a cidade.

Por algumas décadas, as atividades econômicas se destacaram em Abaetetuba e foram importantes para o desenvolvimento local durante o período correspondente ao padrão rio-várzea-floresta (PORTO-GONÇALVES, 2001). Atividades como a carpintaria naval, o regatão e os engenhos foram vitais para o sustento das elites locais e seus agregados, os quais comandavam a apropriação do território local, o que resultou na criação de um relativo dinamismo econômico no município.

Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial
 Madson Quaresma - Daniel Sombra - Alegria Leite - Carlos Castro

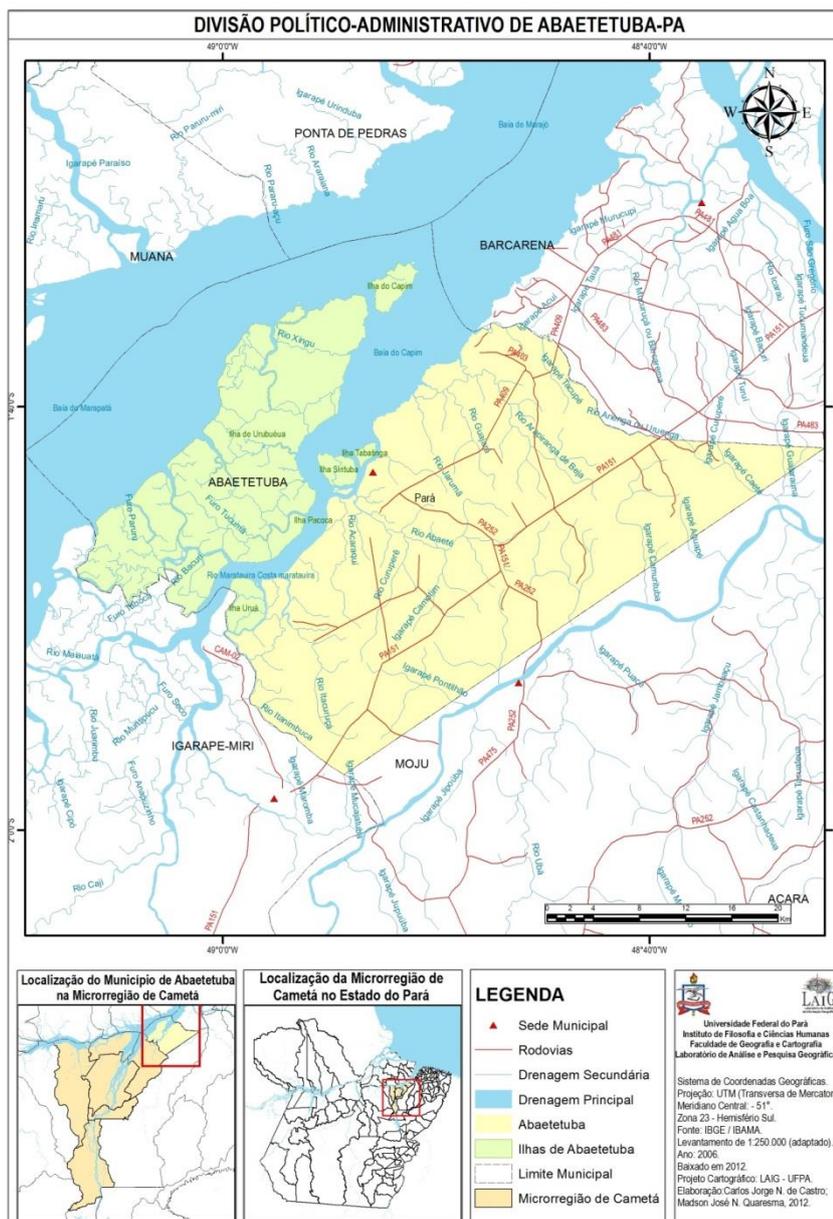


Figura 1 - Divisão político-administrativa de Abaetetuba-PA
 Fonte: Os autores.

Por muito tempo, na Amazônia, a única forma de circulação da força de trabalho e das mercadorias na região era realizada por barcos e Abaetetuba estava plenamente incluída nessa dinâmica. Com a proximidade da capital, Belém, o município foi organizado como espaço funcionalizado em entreposto comercial, sendo uma parada obrigatória para as embarcações que se aventuravam pelos rios da Amazônia.

Apesar da inquestionável importância da carpintaria naval para a economia do local, trabalhos sobre esta atividade são raros, principalmente no que diz respeito à origem da construção naval no município, mas relatos de trabalhos acadêmicos (FERREIRA, 1996) que tiveram como fontes entrevistas no município, dão conta de que esta atividade teve origem em áreas ribeirinhas e posteriormente migraram para a sede municipal. É provável que a origem da habilidade seja oriunda da força de trabalho ameríndia, aperfeiçoada com as técnicas lusitanas (QUARESMA, 2012), conforme mesmo atestam também trabalhos para outros municípios (GUALBERTO, 2009).

Esta atividade foi (e ainda é) desenvolvida por mestres-artesãos, que apesar do pouco ou nenhum estudo formal, realizam grandes cálculos matemáticos, que alguns chamam de *etnomatemática* (LUCENA, 2002), e assim conseguem construir embarcações de vários tamanhos e modelos para serem utilizadas em diferentes tipos de transportes, seja de carga ou passageiros, produzindo barcos com capacidade de até vinte toneladas. Desta forma, para que a encomenda seja concretizada, é necessário apenas que os compradores das embarcações especifiquem aos carpinteiros navais qual será a finalidade do barco a ser construído. A esse respeito Ferreira (1996) enfatiza:

Os mestres-artesãos (artesanal pela prática do “golpe de vista”) iniciaram suas atividades construindo embarcações de pequeno porte como montarias, canoas e com aperfeiçoamento de suas práticas passaram a construir embarcações maiores. Na época somente os estaleiros de Belém construíram embarcações de maior porte e, quando elas vinham para a região, os mestres, apenas observando suas estruturas, aprendiam a fazê-las. (FERREIRA, 1996, p. 22)

A carpintaria naval no município vive períodos cíclicos de apogeu e crise. Conforme se atestou em nossas pesquisas empíricas, os estaleiros de Abaetetuba constroem embarcações não apenas para a Amazônia, mas também para pessoas de outros estados brasileiros e, às vezes, outros países, com destaque para Guiana e Suriname. Ainda hoje são construídos barcos para serem utilizados de norte a sul do país, sendo comum a encomenda de embarcações para estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Maranhão, principalmente.

A política econômica brasileira também influenciou essa atividade socioeconômica. No período do governo Sarney as encomendas de embarcações tiveram uma brusca queda. Com o Plano Collor, originou-se uma grave crise no setor e os proprietários de embarcações tiveram suas economias bloqueadas, o que provocou uma redução do número de estaleiros no município. Atualmente em Abaetetuba, de acordo com Quaresma (2012, p. 46), “há dez estaleiros em funcionamento, sete deles constroem e fazem reparos em embarcações e três trabalham apenas com reparos”. Estes estaleiros empregam em média uma equipe de sete funcionários.



Figura 2 - Construção de embarcação em estaleiro em Abaetetuba
Foto: Madson Quaresma, 2013.

Não obstante a falta de incentivos oficiais por parte do Estado para este setor, a carpintaria naval do município de Abaetetuba constitui-se em uma atividade de grande importância para a economia e para o desenvolvimento local, pois grande parcela da população do município ainda vive em áreas ribeirinhas, sendo que aproximadamente 40 mil pessoas dependem das embarcações para seu deslocamento no cotidiano.

O sistema do regatão

O desenvolvimento do sistema de relações econômicas e sociais em Abaetetuba iniciou pela via fluvial, a qual deu a base concreta para o soerguimento dos serviços básicos e complexos. No que tange ao comércio, cabe destaque ao sistema do regatão. Basicamente, o regatão é uma atividade baseada em uma ou mais embarcações de compra e venda de mercadorias diversas entre os sítios geográficos da rede amazônica, constituindo verdadeiros mercados flutuantes fluindo pelos rios, lagos e igarapés que conectam o sistema espacial amazônico.

Durante o período do Ciclo da Borracha houve, da parte dos proprietários seringalistas, a proibição da agricultura nas áreas dos seringais, convertendo o regatão na única forma de acesso a utensílios, ferramentas e alimentos básicos nas localidades imersas nos territórios apropriados para a produção gomífera. Em Abaetetuba, contudo, o regatão ganha expressão após o Ciclo da Borracha, com destaque para as décadas de 1940 e 1950, nas quais o sistema interligou comercialmente a sede municipal às vilas e ilhas esparsas nas quais havia pequenos aglomerados populacionais. Para Silva (1986),

Paralelamente à atividade industrial, desenvolveu-se o Comércio de Regatão, que atingiu seu período áureo nos idos de 1945/55. Foi responsável pelo surgimento de uma classe, a dos “marítimos”, que pode ser comparado a dos senhores de engenho em vista do poder econômico e prestígio social que era por eles detido. O comércio de Regatão manteve-se estável por bastante tempo além do período áureo, chegando aos nossos dias. Somente a partir de 1973, começou a decair principalmente em vista da grande elevação dos custos operacionais das embarcações utilizadas, considerando-se o alto preço dos combustíveis e da manutenção das tripulações. (SILVA, 1986, p. 29)

Deriva desta atividade o surgimento de uma classe social conhecida no meio abaetetubense: os chamados marítimos, que são indivíduos que realizam a prática mercantil pelo sistema fluvial macrorregional. É verdade, porém, que a atividade perdeu fôlego na virada do século XX para o século XXI, afetada pelas mudanças econômicas na região, sobretudo após a implantação do Complexo Albrás-Alunorte no município vizinho de Barcarena. Alguns continuaram na prática mercantil pelos rios, outros migraram para atividades realizadas na sede municipal.

O regatão foi fonte de renda de muitas famílias durante um longo período no município. A atividade era (e ainda é) praticada em barcos de motor que iam de Abaetetuba levando mercadorias de todos os tipos como bebidas, tecidos, cereais, comidas, vestimentas, ferramentas, abastecendo e fazendo suas trocas em diversas cidades que ficavam às margens dos rios. Muitas vezes, essa era a única forma dessas populações conseguirem ter seus mantimentos básicos, principalmente pelos rios Acará, Capim, Moju, Tocantins, Maguari e Xingu, sendo que alguns desses vendedores seguiam adentrando a Amazônia e muitas vezes chegavam até o Peru.

Os engenhos

Abaetetuba sempre teve dentre suas principais atividades econômicas a agricultura. A adaptação do estoque de recursos naturais à cultura ali estabelecida havia sido secularizada, ao ponto da lógica de apropriação territorial lusitana estar convertida no cotidiano como uma natureza dada. Neste contexto, estavam os engenhos de açúcar, que, apesar de irrelevantes do ponto de vista macrorregional, possuem relevância para a história política da região, uma vez que foram símbolo de poder de uma elite cabocla filha dos portugueses, mas de caráter mais agrário do que comercial.

Os choques de poder entre uma elite mais nativa ligada à agricultura e ao controle da tributação da pesca e uma elite portuguesa de caráter comercial abriram espaço político para a maior revolução social da formação espacial brasileira, a Cabanagem, na qual um governo revolucionário ocupou o poder na capital Belém, tendo sido derrotado por mercenários britânicos, os quais comandavam a Marinha imperial brasileira. A Cabanagem começou com revoltas de escravos negros e índios em engenhos ao longo do Rio Acará (CHIAVENATO, 1984).

Contudo, se em um primeiro momento as atividades instaladas pelo largo sistema espacial amazônico atendiam a um caráter de subsistência, em um segundo momento possuíam sua escala aumentada gradativamente, de tal modo que, em Abaetetuba, os

engenhos desenvolvidos sob o cultivo de cana-de-açúcar se converteram em uma das potencialidades da região (ANDERSON, 1991). O produto principal dos engenhos locais foi a cachaça, que se tornou o símbolo do lugar, potencializando uma forte indústria de bebidas reconhecida em todo o país, fato que levou o município a ganhar a alcunha de “terra da cachaça” (QUARESMA, 2014).

O grande destaque dos engenhos resultou no aumento da procura pelo produto e em investimentos em máquinas distintas, com a finalidade exclusiva de produzir aguardente. O reconhecimento do produto ganhou ainda mais fama e permitiu a concorrência com cachaças de outras regiões do país e a exportação para outros países, assim como o enriquecimento dos proprietários de engenhos (ANDERSON, 1991). Como afirma Sousa (2009):

As indústrias se estabeleceram e se desenvolveram, chegando até mesmo a exportar para o exterior, via casas “aviadoras” (estabelecimentos comerciais). Por ser consumida em grande escala dentro e fora da região, o município chegou a possuir o maior número de indústrias do Estado do Pará. Os coronéis dos engenhos fizeram fortuna, chegando a importar lanchas da Inglaterra, tal era o poder econômico deles. (SOUZA, 2009, p. 31)

A cachaça consolidou uma elite local em Abaetetuba, a qual auferiu grandes lucros, sendo que parte deles foi materializada em objetos locais, como o Mercado Municipal e casarões do Bairro do Centro, permitindo a datação de um período da cachaça ou canavieiro em Abaetetuba. Similarmente às elites locais da borracha em Belém ou da castanha em Marabá, os proprietários dos engenhos abaetetubenses, em geral, não utilizaram seus capitais para a diversificação da produção, como também não deixaram uma estrutura física pública relevante para o município, deixando quase sempre apenas imóveis particulares.

Quando a produção da cachaça começou a passar por crises, não recebeu incentivos do governo e os engenhos entraram em decadência. Como esta economia era desenvolvida em uma grande escala, com um número grande de trabalhadores envolvidos, a força de trabalho que dependia diretamente do trabalho, ou vivia a expensas de seu circuito espacial de produção, foi a mais afetada.

A época ficou marcada na memória de todos os moradores do município como um momento de grande fome. O desespero foi tão grande que centenas de famílias saíam em pequenas canoas pedindo esmola ao longo dos rios. Muitas crianças morreram de inanição e as mulheres se viram empurradas para a prostituição (...). As coisas que a gente via na beira do rio eram de fazer qualquer um chorar. (entrevista dada ao jornal O Liberal em 19, jul, 1992, p.02) *apud* Souza (2009)

Nos anos de 1970, muitos trabalhadores recorreram ao sistema judiciário para reclamarem seus direitos perante aos patrões dos engenhos. A fim de evitar um conflito social de maiores proporções, o regime estatal determinou que os proprietários distribuíssem partes de suas terras em forma de loteamento para sanar as indenizações trabalhistas. É provável que o maior rigor conquistado pelas lutas trabalhistas quanto às normas de trabalho tenha sido o golpe definitivo na atividade, uma vez que o capital constante nesta era reduzido, com tecnologia defasada, sendo, portanto, uma atividade com uso intensivo de trabalho, com todas as implicações que isso tem no consumo da “mercadoria trabalho” (a própria força de trabalho), derivando na perda de saúde dos trabalhadores envolvidos³. Em nossas pesquisas empíricas, ficou constatado que o último engenho atuante em Abaetetuba possui uma maquinaria datada do século XIX.



Figura 3: Engenho Pacheco, o último ainda em atuação em Abaetetuba-PA.
Foto: Museu Histórico do Pará, 2010.

³ A respeito das atividades de acumulação primitiva, na fase de subsumção formal do trabalho ao capital, é válido não esquecer o alerta de Oliveira (1977, pp. 150-151), para quem “em toda a fase da acumulação primitiva, que ganha formas específicas em cada caso, dependendo de como o capitalismo emergiu, o ‘consumo’ da força de trabalho pelo capital é extremamente predatório, como decorrência da brutalidade da exploração e dos processos de dissociação [dos meios de produção]”. Esse o fundamento que leva o autor a afirmar que “a mortalidade é um ‘gasto de trabalho’ que se apresenta ora sob a forma de desperdício de trabalho’, ora sob a forma de ‘economia de trabalho’, a mortalidade é um ‘gasto de trabalho’ na medida em que a produção de mercadorias e seu desdobramento natural, a produção de mais-valia, ‘consome’ forças de trabalho. E as consome *realmente*, pois o próprio consumo produtivo de força de trabalho, isto é, a incorporação do valor, é um consumo físico” (OLIVEIRA, 1977, p. 140, grifos do autor).

O momento político era, de fato, bastante conturbado, pois o regime militar realizava um grande re-ordenamento territorial, impondo a toda brida mudanças na região a barlavento da incorporação plena ao capital. Neste período, as lutas trabalhistas ascendiam, pois, diante do arrocho e da exploração, não restavam muitas saídas à classe em questão. Na Amazônia, porém, este era o momento de implantação de relações de trabalho realmente subsumidas ao capital, com o regime assalariado, substituindo o tradicional regime de aviamento⁴, que passou a se restringir a poucos setores, como a pesca artesanal.

A abertura das estradas na Amazônia significou a abertura territorial ao grande capital, com novas relações, novos produtos e novas lógicas produtivas que viriam a se chocar com as relações de então, soerguidas sob a base da hegemonia mercantil. Chegavam à Amazônia novas mercadorias e um novo modo de lidar com a mercadoria “trabalho” a partir de atividades que contavam com várias formas de incentivos para o desenvolvimento por parte do Estado. Por outro lado, como não se tratou de um desenvolvimento endógeno, é mister observar o quanto os novos agentes, ao se territorializarem, passaram a reproduzir as formas de produção e exploração do trabalho tradicionais à formação amazônica.

A implantação da rede rodoviária

Os sistemas de objetos citados, comandados por seus respectivos sistemas de ações, seguiram coesos durante as primeiras cinco décadas do Século XX, quando, então, começaram a desmanchar no ar. A partir dos anos 1960, o Estado planeja e executa a integração territorial da Amazônia ao Brasil, colocando-a em contato com outros sistemas produtivos e derivando daí grandes crises nos sistemas locais, as quais atingiram tanto os

⁴ Regime de trabalho no qual as condições objetivas da produção – ferramentas, insumos, alimentação da força de trabalho, transportes etc. – são adiantadas pela parte proprietária a serem descontadas da parte trabalhadora uma vez concluída a etapa de trabalho, sendo que os preços dessas condições objetivas são controlados pela parte proprietária, o que lhe dá a oportunidade de praticar um regime próximo à escravidão por dívidas, o que, de fato, ocorria nos seringais, nos castanhais, e ainda é bastante comum no regime de parceria controlado pelos proprietários da pesca artesanal.

proprietários dos meios de produção, como as força de trabalho que dessas atividades sobreviviam⁵.

A carpintaria naval, o regatão e os engenhos, foram atividades que se interligaram e juntas serviram de sustento para várias famílias na região, principalmente em áreas ribeirinhas, contexto na qual essas atividades mais se destacavam⁶. Não deixa de ser interessante relatar que embora essas atividades se caracterizassem pelo sistema de aviamento, muitas pessoas comuns falam ainda desse período com saudosismo. Talvez seja um típico caso de “passadismo”, no qual se elege um passado idílico para denunciar um presente longe do ideal.

Basicamente essas três atividades sofreram suas crises simultaneamente, por serem tão interligadas. Como exemplo, podemos citar o período de intensificação das leis trabalhistas. Os engenhos passaram por grande depressão, o que conseqüentemente levou ao desaquecimento da produção de aguardente, à redução do fluxo de barcos na prática dos regatões e, conseqüentemente ao arrefecimento do número de procura de reparos e fabricação de novos barcos nos estaleiros do município (QUARESMA, 2014).

Essas atividades entraram em colapso, entre outros motivos, por não se adaptarem às novas relações empregatícias implementadas na região (ANDERSON, 1991). Por conseguinte, os grandes senhores de terra ficaram impossibilitados de migrar do sistema de aviamento para o pagamento de um salário regular aos seus funcionários como a lei determinava. Internamente, o município sofreu a partir daí uma grande migração do campo para a cidade, que se mostrava próspera com as estradas e, assim, a miséria e a mendicância passaram a prevalecer onde havia relativo dinamismo econômico. Neste momento, temos a primeira grande ruptura socioeconômica na região.

⁵ A força de trabalho envolvida nas atividades tradicionais não se via em condições adequadas de vida, em face da extrema exploração a que era submetida em nome da acumulação de excedente da classe mercantil e dos proprietários de engenhos e estaleiros. Entrementes, as novas lógicas de exploração do trabalho não necessariamente significaram alguma melhora da qualidade de vida ou diminuição da exploração do trabalho. Por outro lado, para os proprietários, significou um duro golpe no seu regime de acumulação, o qual nem todos conseguiram superar.

⁶ Na época, a população rural de Abaetetuba era maior que a população urbana.

Os trabalhadores que viviam das atividades decadentes passaram a procurar por outras formas de sobrevivência.

Algumas comunidades que se localizam próximos de rios começam a perder força em razão de novos espaços que surgem ou são revitalizados economicamente com a chegada das estradas. Conforme Albuquerque (2003), a chegada desse objeto reconfigura socio-espacialmente as comunidades de Bom Jesus e Murutinga. Anteriormente à implantação da rodovia PA-151, registrava-se um maior fluxo de mercadorias e pessoas na comunidade de Bom Jesus, pois esta se localiza às margens do rio Camotim, que na época era considerado uma importante e rápida via de acesso à sede municipal de Abaetetuba.

A referida comunidade exercia centralidade em relação a outras próximas que se ligavam a ela a partir de ramais, mas que tinham como nó geográfico desse pequeno complexo a comunidade de Bom Jesus. Mas quando a PA-151 é implantada, uma nova organização do espaço é criada na região como afirma o autor:

É nesse contexto, que a comunidade de Murutinga emerge como espaço estratégico de localização, favorecido pelo novo elemento da estratégia de integração espacial, a rodovia, pois passou a construir o meio eficaz de circulação, com uma diminuição no tempo de viagem entre a comunidade de Murutinga e a sede de outros municípios, como: Belém, Igarapé-Miri, Moju, Barcarena, etc. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20)

No caso citado, a lógica se inverteu. Os habitantes das áreas ribeirinhas, antes rápidos e dinâmicos, passaram a serem vistos como atrasados, homens lentos. As viagens pelos rios passaram a ser consideradas pelos usuários como viagens lentas e cansativas, quando comparadas com a agilidade de locomoção proporcionadas pelas rodovias. Assim, rios como o Camotim, passaram a exercer uma função secundária no espaço da circulação. Muitas famílias residentes na localidade de Bom Jesus migraram para outras comunidades próximas das estradas ou para a sede municipal, diminuindo consideravelmente o fluxo de pessoas e mercadorias na comunidade.

Esse processo de substituição da locomoção pelos rios em direção às estradas se expande por várias outras comunidades da zona rural de Abaetetuba, aproximando cada

vez mais as pessoas da sede de Abaetetuba e de uma vida urbana, explodindo assim a migração campo-cidade no município. Esta passagem do rural para o urbano, não se dá apenas de forma estrutural, pois se começa, então, a viver sob a égide de um mundo cada vez mais urbano.

Os moradores sem condições objetivas necessárias para a sua sobrevivência nas suas localidades de origens, ou pela escassez de vários utensílios básicos ou porque as suas *vontades* mudaram, saem do seu lugar de origem em direção a um lugar que se mostra mais próspero. No caso em questão, essa esperança de mudança de vida recai sobre a sede municipal de Abaetetuba. A partir daí, esses habitantes adquirem novos interesses em face desse novo contexto. Conforme Martins (2009),

É claro que isso se dá também como consequência da pobreza e da falta de alternativas de emprego nos lugares de origem. Mas, sobretudo em consequência da crescente necessidade de dinheiro para fazer frente a novas carências decorrentes da presença cada vez maior da mercadoria na vida das populações camponesas e, ao mesmo tempo, da crônica deterioração das relações de troca entre as mercadorias vendidas pelo camponês e as mercadorias que ele precisa ou quer comprar. (MARTINS, 2009, p. 94)

Um novo mundo então lhes é dado e as primeiras grandes modificações na dinâmica socioespacial abaetetubense se iniciam a partir daí. Das mudanças no modo de vida, na relação com a natureza e principalmente nas relações de trabalho. Essa é a senha para que novos atores, para uma nova estrutura, e para um novo “sistema de objeto e sistema de ações” (SANTOS, 2009) possam agir na região. Assim, serão dados novos ares ao município sob a luz das políticas desenvolvimentistas aplicadas na Amazônia no seu novo padrão de ocupação “estrada – terra-firme – subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2001).

A atual organização espacial de Abaetetuba

Diminuídas as condições de vida na região rural do município, como fato resultante das rupturas introduzidas nas antigas formas de produção e reprodução econômicas do

lugar, aumenta o fluxo em direção à sede municipal de Abaetetuba. Desta forma, a cidade passa a contar cada vez mais com excedente demográfico relativo advindo tanto da mobilidade interna do trabalho com a migração campo-cidade (êxodo rural), como também pela chegada de pessoas de outras cidades próximas e outros estados do país, que viam a Região Norte como a esperança de uma vida melhor, proporcionada pela construção dos grandes projetos.

Dentro do plano para desenvolvimento daquela região, coube a Barcarena a localização das fábricas da ALBRÁS e ALUNORTE, mas foi Abaetetuba, por sua proximidade e por sua maior concentração de força de trabalho, que ofereceu o motor para o projeto. Neste processo, crescem as ocupações irregulares na sede municipal, surgidas em 1950, mas que a partir da década de 1980 intensificam-se. Segundo J. Santos (1996):

Nos anos foram surgindo bairros com os de São Lourenço, São Pedro, Algodoal; nos anos 60/70 foram abertos os bairros de Santa Rosa, Sagrado Coração e Francilândia. Nos anos 80, que corresponde ao período do acelerado inchaço populacional constituíram-se os bairros de São João, Campo de Aviação, Angélica, Mutirão, Cristo Redentor e São Sebastião; (SANTOS, 1996, p. 12-13)

Essas ocupações, principalmente as oriundas da década de 1980 sofrem com as precárias condições de saneamento, energia elétrica, abastecimento de água, saúde, educação e segurança. Nessas áreas periféricas são construídas casas de forma irregular (IDESP, 2013) sobre igarapés e rios, além da grande propensão à ocorrência de acidentes, como o que aconteceu no dia 4 de janeiro de 2014, no bairro São João, onde 70 famílias ficaram desalojadas devido a uma cratera que se abriu na rua e destruiu várias casas. Mesmo assim, sabendo dos riscos que os locais de moradia irregulares implicam, as pessoas que ali vivem ainda vislumbram um futuro melhor neste local, em detrimento aos seus lugares de origens. Isso denota que talvez as forças de repulsão destes locais de origem sejam maiores que as de atração de Abaetetuba.

Conforme o que se visualiza na tabela 6, no contexto microrregional, Abaetetuba é o segundo município com maior alcance da rede de distribuição de recursos hídricos,

sendo que a maior parte da população ainda é abastecida com poços ou nascentes ou outras formas de abastecimento.

Características do entorno e municípios	Domicílios particulares permanentes				Moradores em domicílios particulares permanentes			
	Total	Forma de abastecimento de água			Total	Forma de abastecimento de água		
		Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Outra		Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Outra
Abaetetuba	19043	7796	9048	2199	82956	33987	39549	9420
Baião	4 060	3 992	27	41	18 500	18 154	156	190
Cametá	10 983	10 117	644	222	52 782	48 842	3 038	902
Igarapé-Miri	5 827	1 772	2 731	1 324	26 145	7 945	12 469	5 731
Limoeiro do Ajuru	1 317	1 139	2	176	6 194	5 292	6	896
Mocajuba	3 884	2 856	588	440	18 836	14 059	2 752	2 025
Oeiras do Pará	2 350	2 207	103	40	11 430	10 843	431	156

Tabela 7 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, segundo as características do entorno nos municípios da Microrregião de Cametá – 2010. Fonte: IBGE (Adaptado pelos autores).



Figura 4 - Vista aérea do bairro São João, após a abertura de uma cratera em 2014
 Fonte: Carlos Monteiro Jr, 2014.

O excedente demográfico relativo de Abaetetuba contribuiu para o funcionamento da ALBRÁS e da ALUNORTE, pois a mão-de-obra abundante e barata serviu como substrato para a constituição de um exército de reserva para as atividades de baixa qualificação e insalubres produzidas pelo projeto. Como o município mostrava-se carente de uma relação empregatícia formal, coube às empresas em questão

desempenharem o seu papel de “redentoras sociais”. Dessa forma, inúmeras pessoas que vieram em busca de emprego conseguiram ser contratadas. Os trabalhos ofertados eram como braçais na construção da fábrica (este foi o ramo que mais gerou empregos) ou como técnicos em diversas áreas.

A partir da primeira década do século XXI, o complexo ALBRÁS-ALUNORTE, tem suas obras finalmente concluídas. Assim, não fazia mais sentido número expressivo de trabalhadores dentro do complexo e, gradativamente, o número de braçais não era mais comum nas ruas da cidade; não haviamais aquela multidão no retorno para casa às 18 horas. Portanto, a cidade volta a ter um grande número de miseráveis, tal como quando foram inseridas as estradas na dinâmica da região.

Hoje, grande parte dos trabalhadores que estiveram na construção do complexo da ALBRÁS-ALUNORTE, migram de obra em obra pelo país. São abaetetubenses que percorrem do Rio Grande do Sul ao Amapá em busca de uma oportunidade de emprego. Constatamos recentemente que há muitos trabalhando nas obras do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, bem como na construção do Porto do Açú.

Entre as marcas deixadas pela nova atividade na região, podemos apontar uma relativa melhora no abastecimento de água, energia elétrica, escolas, hospitais, adensamento na rede de informações e telecomunicação. Surgiram também inúmeros cursos profissionalizantes (técnico em eletrotécnica, construção civil, enfermagem etc.) e universidades com cursos de formação rápida.

Considerações finais

A formação espacial amazônica passou por profundas modificações no seu espaço geográfico a partir da segunda metade do século XX, alterando profundamente o regime de acumulação mercantil a que este conjunto territorial esteve submetido no sistema-mundo em períodos anteriores. Essas transformações, orientadas por um projeto da

burguesia nacional, a qual setorizou a Amazônia como um fundo territorial específico voltado à acumulação primitiva, influenciou o cotidiano das pessoas na medida em que significou a concentração de trabalho em cidades e vilas, e modificações do padrão de centralização dos nós geográficos e elos do regime de acumulação anterior, base de um anterior padrão de organização espacial, cujo sistema de circulação de mercadorias e trabalho era o dendrítico, quedando os principais pontos nas várzeas dos rios.

Destarte, conforme vimos, o projeto de modernização não alterou apenas o padrão de acumulação das elites locais, bem como não alterou apenas os formatos e a disposição dos objetos instalados. As mudanças estruturais foram muito mais profundas do que isto na medida em que alteraram também o trato com a mercadoria trabalho, cada vez mais subsumida ao capital, e cada vez mais concentrada em um espaço desigual, fruto de uma apropriação territorial assimétrica dos recursos. Essa modernização atravessou Abaetetuba, modificando o conteúdo das relações sem, no entanto, alterar o significado da exploração do trabalho. Não se tratou de uma inversão a partir da assimetria anterior, mas de uma aterrisagem de novas lógicas superiores que destruíram ou englobaram as formas prévias sem modificar o seu caráter de produção da miséria como produto correlato do acúmulo de capital.

O que houve, portanto, foi uma modernização do território com a finalidade de modernizar também as relações de trabalho, proporcionando assim a reprodução ampliada do capital e da produção do valor a partir do trabalho acumulado, gerando a necessidade de ajustes espaciais. Percebe-se que não foram os objetos que causaram essas modificações, mas que eles foram um meio para que elas ocorressem. Os objetos que entram na região respondem a uma funcionalidade e esta é dada pela política e transformada em ações que animarão tais objetos de acordo com o interesse do bloco hegemônico de poder.

Não foi objeto desse artigo a discussão da relação entre as elites locais e os novos agentes de poder que configuram o espaço regional. O que cabe notar no âmbito do que foi escrito é que a relação dialética entre os elementos que a nova configuração

socioespacial do município se dá respondendo as ordens diretas dadas pelos agentes dominantes que criaram tais objetos e que animam toda essa relação. É dessa forma que as elites, utilizando da produção do espaço (que é socializada), se apropriam da produção do território tornando-a privada.

As eventuais melhorias técnicas no cotidiano da sociedade local formam uma espécie de efeito colateral das forças a barlavento da fronteira de subsunção ao capital, que adentram ao conjunto espacial amazônico em busca de mais-valor absoluto e reprodução ampliada a partir da extração de acumulação primitiva. Daí que as formas mercantis de acumulação autocentrada tenham sido substituídas, sem, entretanto, modificar o padrão da exploração. Contudo, as lutas concretas não podem ser ignoradas, sendo um elemento fundamental para ajudar a explicar a mudança nas relações trabalhistas em pleno período militar. Não há uma variável isolada que tudo explique, uma vez que o processo de espacialização, se por isso entendermos a totalização, é contraditório.

Referências

ALBINO, João Francisco dos Anjos. **Desafios da indústria local: o caso da indústria de refrigerantes em Abaetetuba (PA)**. 2014, 80 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Belém, 2014.

ALBUQUERQUE, Antônio Flávio da. **Rede viária e desenvolvimento local: a rodovia PA-151 e a reorganização espacial das comunidades de Bom Jesus e Murutinga, Abaetetuba – Pará**. Monografia, 2003, 78 f. (graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Abaetetuba, 2003.

ANDERSON, Scott Douglas. “Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema produtivo tradicional na Amazônia”. In: LENA, P.; OLIVEIRA, E. A. (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, p. 101-121.

CHIAVENATO, Júlio José. **Cabanagem: o povo no poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Laurentino da Costa. **A construção naval na economia de Abaetetuba**. 1996, 69 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Belém, 1996.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. **Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro naval da Amazônia**. 2009, 149f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Pará, Mestrado em Educação, Belém, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/>>. Acesso em 20/03/2015.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL DO PARÁ. **Estatística municipal de Abaetetuba**. Belém: IDESP, 2013.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da ALBRÁS-ALUNORTE**. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

LUCENA, Isabel Cristina Rodrigues de. **Carpinteiros navais de Abaetetuba: etnomatemática navega pelos rios da Amazônia**. 2002, 124 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado em Educação, Natal, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônias, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

QUARESMA, Madson José Nascimento. **ALBRÁS-ALUNORTE: tecnologia e sociedade no Pará**. 2014, 65 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Belém, 2014.

QUARESMA, Maria de Jesus Nascimento. **Terminologia da carpintaria naval de Abaetetuba/PA**. 2012, 110 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Mestrado em Letras, Belém, 2012.

SANTOS, Josenilda Costa. **O Bairro São João: um produto dos problemas de urbanização**. 1996, 60 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Abaetetuba, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Reginaldo do Socorro Martins. **Abaetetuba**: cidade e região. 1986, 60f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Pará, Graduação em Geografia, Belém, 1986.

SOUZA, Iris Amaral de. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia**: os caminhos da política educacional de Abaetetuba-PA. 2009, 206 f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Educação, São Paulo, 2009.

Recebido em: 25/06/2015
Aprovado em: 02/02/2016

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos
Volume 16 - Número 32 - Ano 2015
revistapercursos@gmail.com